

Construindo o caminho da nação através da obra de Júlia Lopes de Almeida e Adalzira Bittencourt

Peggy Sharpe

Em entrevista recente, Nélide Piñon referiu-se às escritoras como “seres complementares”, detentoras de secreta memória que confe-re singular qualidade a seus projetos criativos:

“A mulher não pôde se abeberar diretamente da memória histórica, não pôde ser, por exemplo, Júlio César. Mas esteve na tenda dele. Assim, ela tinha o que os outros lhe contavam... uma memória que se enriqueceu com a solidão. Essa mulher, artista, sempre fez esforços criativos para complementar as carências de sua memória... Essa memória de mulher é fascinante... essa memória secreta, herdada, pelo fato de ter sido alguém que sempre esteve no centro do salão, mas também no cantinho de uma sala...” (Barros, p. 23).

A compilação e catalogação de histórias contadas por gerações de “seres complementares” forma um dos projetos em andamento da historiografia das mulheres brasileiras. Embora reconheçamos o valor de se questionar a validade de um cânone composto apenas de autores masculinos, é necessário constatar que esta rica fonte de material em vias de ser recuperado e reeditado está levando à reformulação de antigos pressupostos a respeito da presença das mulheres na vida cultural e literária – desde a virada do século até, inclusive, o período que corresponde ao modernismo no Brasil. Tanto a qualidade como a quantidade deste material sugerem a

necessidade de se reavaliar os papéis desempenhados por mulheres escritoras e intelectuais a partir de uma perspectiva pós-feminista que busque perfazer o balanço do projeto modernista. Como primeiro passo então, examinaremos, a seguir, as posições ideológicas de dois desses “seres complementares” – Júlia Lopes de Almeida e Adalzir Bittencourt – cujas obras foram publicadas nas décadas de vinte, trinta, e, no caso de Bittencourt, quarenta. Mais especificamente, focalizaremos o grau de identificação que elas detêm com certos critérios classificatórios básicos da literatura brasileira durante todo o século XX, a saber: com o mito de uma identidade cultural que, nas palavras de Heloisa Buarque de Holanda, pode ser descrita como moderna, homogênea, nacionalista, além de ‘ambígua’ e cordial... (p. 460-461).

Para Buarque de Holanda a literatura de autoria feminina da virada do século revela um sentimento de perda de identidade, alienação e solidão que é resultado da exclusão do projeto de construção nacional:

“Não só os caminhos percorridos pelos discursos que imaginaram a nação produziram sistematicamente a metáfora da maternidade republicana, ou seja, hiper-valorizaram o papel... da mulher como civilizadora e responsável pelas idéias de uma nação moderna, educada e homogênea, como também, contraditoriamente, a excluiu do pacto simbólico que terminou por constituir a própria idéia globalizante de nação... [R]aramente as escritoras mulheres se identificaram com a missão da construção nacional e... a pesquisa vem mostrando, pelo contrário, na produção literária feminina, o profundo mal-estar e o sentimento de exclusão ou até mesmo de perda de identidade determinado pelas ideologias modernizantes, homogeneizantes e nacionalistas” (p. 461).

De outra perspectiva, Sylvia Paixão, estudiosa da contribuição das mulheres à imprensa popular e à narrativa da virada do século, concluiu que a maternidade e o projeto de construção nacional convergiram nesse período:

“No discurso feminino, a preocupação em construir uma nação é evidente e passa pela recuperação do passado e da tradição, aparentemente renegados pelo ideal modernista... No momento em que a mulher procura recuperar, no passado e na tradição, elementos necessários à construção de uma nação imaginada, ela está de certa forma rompendo com a idéia de que ser moderno significa ter os olhos e a atenção voltados apenas para o futuro: está construindo um espaço para si mesma, como formadora de uma identidade nacional. Educadora, cabe a ela transmitir valores e tradições num momento em que a própria tradição está sendo colocada em dúvida” (p. 432).

Embora material histórico não falte para provar que o ideal da identidade nacional homogênea excluiu a participação ativa das brasileiras do seu pacto simbólico, escritoras populares como Júlia Lopes de Almeida, Carmen Dolores e Adalzir Bittencourt, vinham desafiando a proposta de que se limitasse à esfera privada a participação feminina no projeto nacional. Embora estudiosas hoje em dia tenham ligado os parâmetros gerais dos primeiros debates do feminismo no Brasil ao ativismo dos anos vinte das descendentes de classes sociais privilegiadas, importa constatar que o modo em transformação como as mulheres se percebiam e a variedade de papéis que elas se auto-atribuíam no âmbito social não eram uniformes, mesmo dentro de uma única classe social. De fato, as escritoras dessa época abarcaram ampla gama de perspectivas que vão desde a crítica radical da sexualidade feminina como forma (artificial) de arbitragem da opressão patriarcal sobre as mulheres (nos trabalhos de Ercília Nogueira Cobra, Maria Lacerda de Moura e Patrícia Galvão, por exemplo), passando pela posição mais conservadora (de Júlia Lopes de Almeida), até o outro extremo do espectro político, onde se delineiam claramente hoje em dia os contornos da posição nacionalista e autoritária de certas escritoras do calibre de Adalzir Bittencourt.

É, portanto, no contexto dessa luta política mais ampla que os escritos femininos da época serviram como catalisadores de uma política de coalizões – para tomar emprestado os termos de Diana Fuss (p. 112) – a partir da qual criaram vínculos com outros discursos hegemônicos. No caso de Almeida e Bittencourt, os debates sobre a educação, o trabalho remunerado e o sufrágio eleitoral formariam os novos espaços narrativos onde a luta política seria travada, luta essa que examinaremos mais detalhadamente na discussão a seguir. Júlia Lopes de Almeida desenvolveu ambiciosa e bem sucedida campanha para educar, e até mesmo doutrinar, jovens brasileiras através de cursos pragmáticos de identidade pessoal e nacional embasados na eugenia conjugal, na maternidade, na fertilidade e na puericultura. Adalzir Bittencourt, por sua vez, tendo participado no governo e na legislação da política social, escreveu poemas e ensaios exaltando a ética feminina do assistencialismo. Vale ainda citar seu romance especulativo *A sua Excma. a Presidente da República no ano 2500*, que trata, exclusivamente, do mito da construção de uma identidade nacional homogênea através de uma visão futurista, utópica, de uma realidade brasileira livre por fim da heterogeneidade social e racial, da pobreza, do analfabetismo e da doença. Em conjunto, então, as obras de Lopes

de Almeida e Bittencourt podem ser lidas hoje como meta-discurso no qual, através de vínculos estabelecidos nas obras com o debate eugênico e com a legislação de política social, se desafiavam e reconceituavam os papéis femininos tradicionais.

“Saneamento-eugenia é ordem e progresso”

A posição central de Lopes de Almeida nas letras brasileiras revela-se na sua reputação como uma das romancistas mais populares da *Belle Époque* bem como na de porta-voz mais “aceitável” da questão da mulher. Dona Júlia deu seu apoio para que se encontrassem modos alternativos de educação para mulheres de origem menos privilegiada, e para que se desenvolvessem oportunidades profissionais de trabalho remunerado fora do lar. O tratamento pouco agressivo que Lopes de Almeida conferiu a esses temas em sua ficção terminou por granjear-lhe glória: já para o final de sua carreira literária, foi ela a primeira pessoa do sexo feminino a ser indicada para a Academia Brasileira de Letras. Uma vez que ainda fosse proibido às mulheres entrar para a Academia, essa honra foi conferida a seu marido, o escritor português Filinto de Almeida, que, em nome da esposa, ocupou a cadeira que de direito era dela.

Embora prestasse firme apoio à reforma educativa e a maiores oportunidades de trabalho remunerado fora do lar para as mulheres, Lopes de Almeida posicionou-se apoliticamente frente ao problema do voto feminino. Considerando-se a sua reputação de reformadora que abriu as portas da modernidade às mulheres, essa falta de interesse pelo sufrágio é de estranhar. A coluna semanal em *O País*, os ensaios que ela escreveu na década de vinte para pronunciamento na Argentina, além de sua vasta produção novelesca constituem importantes fontes de materiais para esclarecer suas opiniões sobre o sufrágio e suas contradições a respeito desse tema. Contradições essas tanto mais acirradas se considerarmos sua urgência em educar as mulheres e em criar para elas oportunidades de trabalho profissional.

A chave para se entender semelhante posicionamento está em “Um pouco de feminismo”. Nesse artigo jornalístico publicado no começo de sua carreira literária, Lopes de Almeida apóia o sufrágio eleitoral, argumentando que, como cidadãs, as mulheres devem deter os mesmos direitos que os homens para escolher seus representantes políticos. Porém, pessoalmente, ela não buscava transformações sociais desde da perspectiva do processo político, o

que ela definia como “eterna incógnita”, e, portanto, pouco merecedor de sua dedicação. Para Lopes de Almeida, a construção nacional se resumia no protético gesto de escrever: “A mim, que tenho os olhos voltados para outras aspirações, essa do direito de voto não me parece valer grandes sacrifícios (p. 1).”

Embora expressasse respeito e admiração pela tenacidade de suas companheiras na luta pelo voto, e mesmo não duvidando da vitória final delas sobre as acusações infundadas da oposição, Lopes de Almeida acreditava que o sufrágio não garantiria a emancipação da mulher no Brasil. Se as mulheres obtiverem o voto, observou,

“O que vai acontecer é que só concorrerão às urnas... senhoras já emancipadas pela gerência de negócios, viúvas, cujos nomes assumam responsabilidades em firmas comerciais, proprietárias, médicas, advogadas, professoras, todas de quem o Estado tenha exigido alguma coisa e que se não tenham por isso conservado indiferentes ao Estado.” (p. 1)

Conclui-se daí que a emancipação resultaria não do direito de votar, porém de maiores oportunidades educacionais e profissionais fora do lar. Para Lopes de Almeida, a verdadeira medida do processo de transformação social estava na capacitação feminina para contribuir por meio do trabalho remunerado tanto na esfera privada através do serviço doméstico como no mercado de trabalho mais amplo.

Em conferência apresentada em Buenos Aires, no ano de 1922, Lopes de Almeida esboçou o progresso alcançado por suas compatriotas na marcha para a emancipação como resultado da transição feminina da esfera privada para o mercado de trabalho da esfera pública:

“En la capital de la República, como en las demás ciudades de la Unión, todas las escuelas superiores están siendo lindamente frecuentadas por mujeres. Hay funcionarias en los ministerios y secretarías de Estado, como hay empleadas en el comercio, desde la modesta dependiente del mostrador hasta las superiores profesionales competentes, que exigen tener preparación especial. El periodismo, como la literatura, están cuajados de nombres femeninos; en las exposiciones figuran siempre obras firmadas por manos de mujer, algunas de las cuales podrían tener acogida en las más exigentes galerías de Europa; tenemos pianistas de extraordinario renombre, médicas, juriconsultas, compositoras, aviadoras, artifices, qué sé yo!” (p. 34).

Embora esta triunfante avaliação do progresso feminino deixasse transparecer pouca ou nenhuma preocupação pelas necessidades conflitantes de mulheres de múltiplas e diversas camadas sociais, raciais e culturais, Lopes de Almeida tinha clara ciência do desafio que a falta de homogeneidade representava ao conceito de nação. Dois anos mais tarde ela tratou da questão da diversidade étnica e social da população brasileira no ensaio *Maternidade*:

“Entre nós, os que não saíram de raças puras, transplantadas, têm nas veias de mistura com o sangue europeu o sangue ainda mal amaciado, das tribos indígenas ou africanas, o que torna mais complexo o nosso modo de ser e mais difícil o aperfeiçoamento do nosso meio social. Por isso mesmo e com maior entusiasmo a mulher deve concorrer para esse aperfeiçoamento, considerando o filho não como coisa sua ou um ser só dependente do seu amor ou do seu capricho, mas como um indivíduo de que a natureza a fez depositária e que ela terá de entregar ao mundo tão digno e moralmente superior quanto lhe seja possível” (p. 116-117).

A preocupação de Lopes de Almeida em purificar, unir e homogeneizar os elementos raciais do Brasil alinha seu trabalho com a política das ciências e, especialmente, com o movimento eugênico que, cada vez mais popular, conferia uma nova identidade progressista às mulheres da elite, ao mesmo tempo que tornava mulheres pobres, trabalhadoras mulatas e mestiças em objetos de uma eugenia negativa (Stepan, p. 110).

Enquanto que a popularidade de Lopes de Almeida na época confirma o recebimento e aceitação do discurso eugênico por parte da cultura hegemônica no Brasil, por sua vez o romance de Adalziara Bittencourt assinala os perigos do discurso científico no que diz respeito a seu potencial para alienar de seus direitos reprodutivos mulheres de raças mistas e oriundas de classes sociais subprivilegiadas.

Advogada e escritora, cuja poesia, ensaios e ficção especulativa ainda não foram devidamente reconhecidos pela crítica, Adalziara Bittencourt, que também escreveu sob o pseudônimo Alba Maguary, desempenhou ativo papel político antes e durante o Estado Novo, tendo defendido entusiasticamente a educação das mulheres e o direito delas ao trabalho e ao sufrágio. Sua *Antologia de letras femininas* editada em 1949, junto com seu inacabado *Dicionário de mulheres ilustres brasileiras*, do qual só três volumes foram publicados, representam tentativas de chamar a atenção para as contribuições femininas junto à literatura brasileira até meados do século

XX. Bittencourt também organizou feiras de livros feministas no Rio de Janeiro e São Paulo na década de quarenta e fundou a Academia Brasileira Feminina de Letras.

O desafio da jovem e recém formada Bittencourt à constitucionalidade da lei brasileira em 1929 repercutiu numa reportagem publicada no *New York Times*, intitulada “Feminism Stirs São Paulo”:

“A local judge has refused to accept the application of a woman to vote, causing a great stir and discussion, with many editorials by men stating that the judge was correct.

The judge says the intention of the writers of the Constitution, when they used the word *cidadão*, meaning citizen, was not to include women.

Adalziara Bittencourt, a woman lawyer practicing in São Paulo, who is the former president of the Federação Internacional Feminina and the ex-secretary of the União Feminina, says she will appeal and wants to know if she is a Brazilian citizen or not, and says that the Constitution declares she is.

She states that she is tired of being considered an object of luxury, and argues that delicate, feminine grace does not prevent women from dedicating themselves to the hardest labor and toil in factories.”¹

Enquanto que Lopes de Almeida conferiu uma identidade positiva, neolamarckista, eugênica à representante da classe média em expansão, Adalziara Bittencourt por sua vez, em *A sua Excia. a Presidente da República no ano 2500*, seu único romance conhecido, recriou a mulher como artífice de política homogeneizante de exclusão, fundando desse modo uma forma de eugenia negativa ligada à origem racial da mulher e à sua posição na sociedade.

¹ *New York Times*, Feb. 1, 1929, p. 5. A seguinte tradução portuguesa é minha: “Feminismo sacode São Paulo”:

“Um juiz desta cidade não aceitou requerimento para votar submetido por uma mulher, ocasionando comoção, debates, e muitos editoriais de autoria masculina apoiando a decisão do juiz.

O magistrado afirmou que os autores da constituição não intencionaram incluir mulheres quando empregaram a palavra cidadão.

Adalziara Bittencourt, que exerce a atividade de advogada em São Paulo, ex-presidente da Federação Internacional Feminina e ex-secretária da União Feminina, diz que vai recorrer a decisão e quer saber se é ou não cidadã brasileira, afirmando que a constituição a apóia.

Ela declara estar cansada de ser objeto do desejo, e argumenta que delicadas graças feminis não impedem as mulheres de trabalhar na árdua lida das fábricas. A advogada feminista admite que muitas mulheres não estão preparadas para exercer seus direitos políticos, mas apenas porque a oportunidade lhes foi negada. Acrescenta ela que, assim como os escravos, as mulheres do Brasil querem obter a liberdade.”

Nesse romance, o Brasil, sob a liderança de Mariângela de Albuquerque, tornara-se o mais rico país do mundo, habitado por uma raça equatorial-amazônica, com protótipos femininos e masculinos respectivamente de um metro e oitenta a dois metros e quarenta de altura, e peso de cem e cento e cinquenta quilos. Semelhante transformação racial se dera por meio de programas de purificação promovidos pelo governo, com o efeito de revitalizar o sangue da nação. Repatriaram os imigrantes portugueses; educaram e deportaram para a África todos aqueles que detinham componente racial africano superior a um vinte avos. Outra medida de depuração fora a de esterilizar tanto os caboclos como os índios de raça pura. No dia-a-dia optara-se pela prática da eutanásia compassiva para lidar com os casos de deformidades físicas e mentais (Quinlan e Sharpe, "Introdução"). Nesse universo ficcional, a prestigiosa "Escola das Princesas" educa mulheres pré-escolhidas para o casamento e a maternidade, enquanto instituições orientadas para o desenvolvimento profissional preparam as não selecionadas para contribuírem com a sociedade de outros modos. A prece nacional obrigatória ensina patriotismo, religião e produtividade, e apesar de rígido controle social de distinções de classe, todo cidadão adulto encontra-se alfabetizado, empregado, e dispendo de moradia e transporte de graça.

Na utopia de Bittencourt, a emoção e os sentimentos submetem-se à lógica científica, e quando a presidente se depara com o dilema ético de como lidar com Jorge – pintor famoso que ela nunca vira e que revelou ser deficiente físico, mas por quem se apaixonara através de extensa correspondência – ela sem hesitar condena tanto o artista quanto a mãe dele à pena de morte. A cena final do romance descreve a presidente aos prantos segurando uma foto do amado: "Sentiu um nó na garganta. Beijou, beijou o retrato. Jorge! Jorge! Meu Amor! Meu Amor! Ocultou o rosto no côncavo das mãos e pôs-se a chorar. Era mulher" (Quinlan e Sharpe, p. 212). Com uma nova consciência política determinada pelo bem do Estado, Mariângela de Albuquerque responde primeiramente como estadista, colocando em segundo plano sua constituição emocional "essencialmente" feminina.

Embora de maneira um tanto surpreendente para nós hoje em dia, Bittencourt definiu como feminista a sua utopia: "Feminismo brasileiro. Não feminismo importado. Feminismo latino. É colocar a mulher no seu lugar. Ela deve saber ensinar aos filhos o caminho reto do dever, a aplicação de patrimônios, a honestidade e a justiça..." (*A sua Excia.*, p. 176). Esse conceito de feminismo que hoje sugere uma certa cumplicidade com a origem simbólica, reflete os estudos anteriores de Bittencourt na Itália, suas subseqüentes via-

gens pela Europa, bem como sua atividade docente, e numerosas conferências na Argentina, que a inseriram na corrente internacional de debates sobre a eugenia em dois continentes. Mais tarde, viajou pelos Estados Unidos como representante do Estado Novo, visitando, nessa ocasião, escolas, orfanatos, hospitais e clínicas de maternidade, e documentando, num diário de viagem *Trinta e sete dias em Nova York*, suas impressões acerca da extensa e radical legislação eugênica nos EUA.

Ainda em 1942, Bittencourt foi a convidada de honra para discursar na "Primeira Semana da Saúde da Raça no Rio de Janeiro". Seu ensaio "Direito de curar" apresenta programa de reforma médica e social sob o regime de Getúlio Vargas assustadoramente semelhante à utopia do seu romance. No discurso citado a seguir, Bittencourt enfatiza a falta de homogeneidade racial no Brasil e a premência de uma política científica para legislar a política social:

"O Brasil, jovem ainda, tendo em efervescência o caldeamento de três raças distintas, necessita mais que nenhum outro país do apoio da ciência para a padronização do seu tipo racial, que neste momento se apresenta com magníficas qualidades físicas, morais e intelectuais, para o esplendor e para a glória do Estado Nacional" (p. 13).

A notável importância do projeto de purificação racial como programa nacional coeso remonta à década de trinta, sendo que a constituição de 1934 atribuíra ao Estado a responsabilidade pela educação eugênica. Em que pese o controle estatal, o ensaio de Bittencourt diferencia entre os direitos e obrigações dos indivíduos e os do Estado, sem por isso perder de vista o sentido de união nacional: "Sendo a saúde o melhor bem da vida, o que mais conduz à felicidade, alegria e bem estar, que médicos, juristas, governo e povo trabalhem para a preservação desse bem, concorrendo assim para a grandeza e glória do Brasil" (p. 37). Com essa finalidade, torna-se aceitável que o Estado apóie o aborto, desde que não haja "outro meio de salvar a vida da gestante; [e] se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal (p. 22)." A esterilização é reapresentada como opção mais humana do que a restrição ao direito ao casamento: "Creio que é mais desumano não consentir que se casem. Conheço num leprosário de São Paulo casais de leprosos que não obstante a moléstia de que são portadores vivem felizes dentro de uma união que lhes deu lenitivo à sua terrível miséria" (p. 30). Finalmente, exames clínicos pré-nupciais são representados como forma "construtiva" de evitar que os ho-

mens das classes menos privilegiadas contagiem e prejudiquem as mulheres, protegendo desse modo a saúde hereditária da nação (Stepan, p. 128).

Em comparação com o programa prescritivo de Lopes de Almeida que focalizava a maternidade e a puericultura, o apoio incondicional de Bittencourt àquilo que Stepan chama de eugenia "negativa" representa uma aliança não apenas com o discurso científico, mas também com a estrutura de poder da família tradicional e da Igreja Católica. Alicerçada no discurso eugênico que emergiu dos primeiros debates feministas na década de vinte, fortalecida pelas formulações de política social do governo de Getúlio Vargas nos anos trinta, e determinada a construir uma nação unida por uma língua comum, uma única cultura e uma população homogênea, Adalzira Bittencourt envolveu-se, ainda mais profundamente do que Lopes de Almeida, com a construção daquela identidade nacional que deixou-se classificar como "ambígua e cordial". O apoio por ela conferido à educação, ao emprego e ao sufrágio, acrescido de suas contribuições literárias e políticas à formulação da política social, colocam-na no meio de campo junto aos jogadores titulares, longe do banco dos reservas. Embora suas opiniões políticas devam ser estudadas dentro do contexto da natureza progressista do debate sobre eugenia no Brasil, o trabalho de Bittencourt exige maior atenção como exemplo do *corpus* desconhecido de obras que nos ajudariam a "esboçar aqueles momentos em que sujeitos dissidentes aparecem no texto social e em que explode a luta pelo poder interpretativo" (Franco, p. xii, citado em Quinlan e Sharpe, p. 14).

Ao considerarmos as contribuições de Lopes de Almeida e Bittencourt para este *corpus* de obras, e o posicionamento das duas em relação ao discurso científico que fundamentaram suas obras, vale lembrar Gayatri Spivak quando observa que, nas mãos do grupo hegemônico, o essencialismo pode ser utilizado como forte instrumento de dominação ideológica, enquanto que em poder do grupo subalterno pode representar poderosa forma de repetição deslocadora (citado em Fuss, p. 108).² A questão, portanto, de ser ou não lícito engajar-se no essencialismo está, como lembra Fuss, enquadrada e determinada pela posição subjetiva de cada um. Aplicada a Lopes de Almeida e Bittencourt, a observação de Spivak indica a necessidade de se repensar a relação entre o grau de cumplicidade existente entre as obras literárias dessas duas "ícones

da modernidade" e a ideologia dos novos discursos modernizantes. A maior dificuldade dessa tarefa, porém, resulta da posição ambígua tanto por parte de Lopes de Almeida como de Bittencourt, que falam desde o "centro do salão" ao mesmo tempo que evocam a voz feminina do cantinho da sala.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Júlia Lopes de. Um pouco de feminismo. *O País*. 13 jan. 1908.
- . *Maternidade*. Rio de Janeiro: Olivia Herdy de Cabral Peixoto, 1925.
- . *Brasil*. Conferencia pronunciada por la autora en la Biblioteca del Consejo Nacional de Mujeres de la Argentina. Buenos Aires, 1922.
- BARROS, Lúcia Cristina de. *Arte de lembrar e esquecer*. Entrevista com Nélida Pinõn. s.d.
- BITTENCOURT, Adalzira. *A sua Excia. a Presidente da Republica no ano 2500*. Quinlan e Sharpe (orgs.). *Visões do passado. Previsões do futuro: duas modernistas esquecidas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1996, p. 153-222.
- . *Direito de curar*. Rio de Janeiro, 1942.
- Feminism Stirrs São Paulo. *New York Times*, Feb. 16, 1929, 5.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. A historiografia feminista: Algumas questões de fundo. FUNCK, Susana Bornéo (org.). *Tracando idéias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994, p. 453-463.
- FRANCO, Jean. *Plotting women: gender and representation in Mexico*. New York: Columbia University Press, 1989.
- FUSS, Diana. *The essential difference*. Bloomington: Indiana University Press, 1994.
- PAIXÃO, Sylvia P. Mulheres em revista: A participação feminina no projeto modernista do Rio de Janeiro dos anos 20. In: FUNCK, op. cit., p. 421-440.
- QUINLAN e SHARPE (orgs.) Introdução. *Ibid.*, *Visões do passado. Previsões do futuro: duas modernistas esquecidas*. P. 13-40.
- STÉPAN, Nancy L. *The hour of eugenics: race, gender, and nation in Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

² Ver Spivak em GUHA, Ranajit (ed.) *Subaltern studies, writings on South Asian history and society*. v. 3. Delhi: Oxford University Press, 1984, 5 v.